



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PL 0257/2017

Nos termos do art. 8º da Lei Municipal de 14.454, de 27 de junho de 2007, a denominação dos estabelecimentos oficiais de ensino público municipal deverá levar em consideração homenagear, preferencialmente, educador cuja vida tenha se vinculado, de maneira especial e intensa, com a comunidade na qual se situa a escola a ser denominada.

Ocorre que a atual denominação, EMEF Infante Dom Henrique não mais condiz com a realidade de ocupação do bairro, que outrora tinha reconhecida ocupação portuguesa, razão que a própria comunidade escolar realizou extensa discussão, com o parecer da Secretaria de Educação do Município de São Paulo, desta forma, com apresentação de outros nomes a serem substituídos, fora realizado campanha e por fim na votação que resultou no nome escolhido para homenagear a comunidade a Sra. Carolina Maria de Jesus.

Assim, segue a história da homenageada que justifica sua trajetória de vida pela Educação.

Nasceu na comunidade rural de Sacramento, Minas Gerais. As dificuldades começam já em sua data de nascimento, 14 de março, que é aproximada. O ano era 1914 e, naquela época, registrar uma criança negra era uma tarefa difícil para as famílias, sobretudo pela questão financeira. Seus pais eram analfabetos e a colocaram em uma escola, mas ela só estudou por dois anos. Esse curto período acadêmico foi o suficiente para que Carolina se apoderasse das palavras de uma forma única.

Ainda adolescente, era repreendida pela curiosidade excessiva e rejeitada por não se enquadrar nos padrões destinados erroneamente às mulheres negras da época: o lugar dos bastidores, sem privilégios e sem protagonismo. Carolina Maria desejava ir além, queria usar a literatura para fugir daquela realidade desumana e tomar as rédeas de sua vida para si.

E, seguindo esse pensamento, ela se mudou para São Paulo em 1947, período em que as primeiras favelas eram levantadas na capital paulista.

Chegando em São Paulo, se deparou com a face excludente da cidade grande e, junto a isso, presenciou questões que se estendem até os dias de hoje. Uma parte muito importante na discussão acerca do feminismo atual é o reconhecimento das especificidades pertencentes a cada contexto. A opressão sofrida por uma mulher branca de classe média não é igual à sofrida por uma negra moradora da favela. Naquela época, Carolina já tinha um olhar cuidadoso em relação a isso, presenciando não só os abusos sofridos pelas periféricas, como refletindo sobre a questão da solidão da mulher negra.

Nunca se casou, pois não queria se tornar refém de um relacionamento que a limitasse ou maltratasse. Com os diversos casos de agressão dos quais tinha notícia, ela sabia que, por mais que a ausência de um companheiro machucasse, não valeria a pena correr o risco de se deixar controlar por um homem. Mendigar amor e ainda apanhar não eram coisas que ela queria para si.

Carolina Maria trabalhou como empregada doméstica na casa de um médico. Usava seus dias de folga para explorar a extensa biblioteca que o patrão cultivava, e assim começou a construir um rico repertório literário. Em 1948, após um envolvimento passageiro, descobriu que estava esperando uma filha e acabou perdendo o emprego. Grávida e desempregada, Carolina se tornou catadora de papel e construiu um pequeno barraco na favela do Canindé para conseguir sobreviver.

Quando Carolina Maria traz para sua produção a descrição da própria realidade, ela também coloca, automaticamente, o cotidiano de diversas outras pessoas periféricas nas páginas de um livro. Isso fatalmente as tira de uma situação invisibilizada, tornando-as mais fortes e confiantes. Caminhando ao lado disso, está a consciência de negritude que ela carregava consigo. Em um contexto racista no qual se descobrir negra é doloroso, construir as páginas e a vida com orgulho da sua cor, de seu corpo, da textura do cabelo e valorizando sua própria produção intelectual, reconhecendo-a como algo valioso e rico, era um ato rebelde de Carolina.

E isso se estende como ferramenta de mobilização e empoderamento até os dias de hoje. Seu papel como poetisa, autora de uma produção forte e uma sensibilidade literária grandiosa, deve ser reconhecida tanto quanto o dos autores cobrados em listas de vestibulares ou lidos e incentivados em sala de aula.

Por essa, razão espera dos Nobres Vereados atender o pedido da comunidade escolar e realizar essa grande homenagem a primeira escritora negra do Brasil - Carolina Maria de Jesus.

Publicado no Diário Oficial da Cidade em 26/04/2017, p. 60

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.